



Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

CORTE ESPECIAL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 279551-3/02

EMBARGANTE: SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINPOL

ADVOGADO: ANTÔNIO EDUARDO DE FRANÇA FERRAZ PE016101

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DA MATÉRIA. DESCABIMENTO. VIA INADEQUADA. EMBARGOS REJEITADOS À UNANIMIDADE DE VOTOS.

1. Alegação de omissão da análise no que se refere ao não reconhecimento legal ao direito de greve inerente à categoria, consoante devidamente previsto no art. 9º da CF, assim como, nos art. 10 e 11 da Lei n 7.783/89. O direito de greve do funcionalismo público, previsto no art. 37, VII, da Constituição da República, ainda que necessite de regulamentação por lei complementar que discipline os casos e condições do exercício desse direito, como já decidiu, por diversas vezes, o Supremo Tribunal Federal (MI 20, MI 485, ADI 1306 e ADI 1696, dentre outras ações), a referida Corte mitigou a sua jurisprudência no julgamento dos mandados de injunção 708/DF e 712/PA, quando entendeu pela aplicabilidade subsidiária da Lei nº 7.783/89 - que trata do direito de greve aos trabalhadores em geral - aos servidores públicos, isto enquanto não editada a lei complementar acima referida.

2. Ocorre que STF em julgamento da Reclamação nº 6.568-5/SP, julgada 21.05.2009, deu novas balizas para a aplicação da mencionada lei aos servidores públicos, definindo, à unanimidade do seu órgão maior, pela inexistência do direito de greve dos policiais civis, por se tratar de serviços ou atividades essenciais e por haver expressa proibição constitucional de greve em relação aos policiais militares, cujas atividades seriam assemelhadas às dos policiais civis.

3. Acrescenta-se ainda que quando do julgamento do Procedimento Ordinário 279551-3 apenso, o acórdão não restou omissa da análise meritória da ação, conforme itens 2) e 3) do referido acórdão.

4. No que se refere à alegação do Embargante de grave equívoco quanto ao valor exacerbado dos honorários advocatícios, em verdade, visa o embargante à reapreciação da questão devidamente analisada nos itens 2., 3. e 4. do acórdão embargado, não havendo omissão, contradição ou obscuridade, mas sim decisão contrária ao embargante. Não se deve confundir omissão com inconformismo, voltado para a rediscussão do mérito da causa. Para que se configure a omissão do julgado, necessário se faz que ela se funde sobre o julgado em si, e não com base na tese defendida pela parte interessada. O simples fato de a lide ser decidida sem que fossem acolhidos os argumentos alegados pelo embargante não configura a incidência de ao menos uma das hipóteses do art. 535 do CPC.

5. Embargos conhecidos e no mérito rejeitados.

ACÓRDÃO



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

Vistos, relatados e discutidos os autos dos Embargos de Declaração nos Embargos de Declaração nº 279551-3/02, acima referenciado, acordam os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Corte Especial do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, unanimemente, em conhecer e rejeitar os embargos declaratórios em análise, tudo de conformidade com os votos anexos, os quais, devidamente revistos e rubricados, passam a integrar este julgado.

Recife, 01 de junho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator



PODER JUDICIÁRIO

Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

CORTE ESPECIAL

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM EMBARGOS DE DECLARAÇÃO N.º 279551-3/02

EMBARGANTE: SINDICATO DOS POLICIAIS CIVIS DO ESTADO DE PERNAMBUCO - SINPOL

ADVOGADO: ANTÔNIO EDUARDO DE FRANÇA FERRAZ PE016101

EMBARGADO: ESTADO DE PERNAMBUCO

PROCURADOR: THIAGO ARRAES DE ALENCAR NORÕES

RELATOR: DES. LUIZ CARLOS DE BARROS FIGUEIRÊDO

RELATÓRIO

Trata-se de Embargos de Declaração em Embargos de Declaração nº 279551-3/02 (fls. 51/59), opostos pelo Sindicato dos Policiais Civis do Estado de Pernambuco – SINPOL, com efeitos infringentes, em face do Estado de Pernambuco, contra acórdão exarado nos autos dos Embargos de Declaração nº 279551-3/02, alegando, em síntese, que houve clara omissão na decisão, uma vez que não ficou devidamente consubstanciado os fundamentos para o não reconhecimento legal ao direito inerente à categoria, consoante devidamente previsto no art. 9º da CF, assim como, nos art. 10 e 11 da Lei nº 7.783/89.

Acrescenta ainda que a decisão encontra-se maculada com grave equívoco, quando estipulou, novamente, em *quantum* exacerbado os honorários advocatícios.

Requer pronunciamento expresse, inclusive para fins de prequestionamento.

É o que de relevante se tem a relatar.

VOTO

Quanto à alegação de omissão da análise do acórdão embargado, no que se refere ao não reconhecimento legal ao direito inerente à categoria, consoante devidamente previsto no art. 9º da CF, assim como, nos art. 10 e 11 da Lei nº 7.783/89, passo a analisar.

O direito de greve do funcionalismo público, previsto no art. 37, VII, da Constituição da República, ainda que necessite de regulamentação por lei complementar que discipline os casos e condições do exercício desse direito, como já decidiu, por diversas vezes, o Supremo Tribunal Federal (MI 20, MI 485, ADI 1306 e ADI 1696, dentre outras ações), a referida Corte mitigou, no julgamento dos mandados de injunção 708/DF e 712/PA, a sua jurisprudência, quando entendeu pela aplicabilidade subsidiária da Lei nº 7.783/89 - que trata do direito de greve aos trabalhadores em geral - aos servidores públicos, isto enquanto não editada a lei complementar acima referida.

Ocorre que o STF em julgamento da Reclamação nº 6.568-5/SP, julgada 21.05.2009, deu novas balizas para a aplicação da mencionada lei aos servidores públicos, definindo, à unanimidade do seu órgão maior, pela inexistência do direito de greve dos policiais civis, por se tratar de serviços ou atividades essenciais e por haver expressa proibição constitucional de greve em relação aos policiais militares, cujas atividades seriam assemelhadas às dos policiais civis.



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

Vide acórdão:

EMENTA: RECLAMAÇÃO. SERVIDOR PÚBLICO. POLICIAIS CIVIS. DISSÍDIO COLETIVO DE GREVE. SERVIÇOS OU ATIVIDADES PÚBLICAS ESSENCIAIS. COMPETÊNCIA PARA CONHECER E JULGAR O DISSÍDIO. ARTIGO 114, INCISO I, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. DIREITO DE GREVE. ARTIGO 37, INCISO VII, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. LEI N. 7.783/89. INAPLICABILIDADE AOS SERVIDORES PÚBLICOS. DIREITO NÃO ABSOLUTO. RELATIVIZAÇÃO DO DIREITO DE GREVE EM RAZÃO DA ÍNDOLE DE DETERMINADAS ATIVIDADES PÚBLICAS. AMPLITUDE DA DECISÃO PROFERIDA NO JULGAMENTO DO MANDADO DE INJUNÇÃO N. 712. ART. 142, § 3º, INCISO IV, DA CONSTITUIÇÃO DO BRASIL. INTERPRETAÇÃO DA CONSTITUIÇÃO. AFRONTA AO DECIDIDO NA ADI 3.395. INCOMPETÊNCIA DA JUSTIÇA DO TRABALHO PARA DIRIMIR CONFLITOS ENTRE SERVIDORES PÚBLICOS E ENTES DA ADMINISTRAÇÃO ÀS QUAIS ESTÃO VINCULADOS. RECLAMAÇÃO JULGADA PROCEDENTE. 1. O Supremo Tribunal Federal, ao julgar o MI n. 712, afirmou entendimento no sentido de que a Lei n. 7.783/89, que dispõe sobre o exercício do direito de greve dos trabalhadores em geral, é ato normativo de início inaplicável aos servidores públicos civis, mas ao Poder Judiciário dar concreção ao artigo 37, inciso VII, da Constituição do Brasil, suprimindo omissões do Poder Legislativo. 2. Servidores públicos que exercem atividades relacionadas à manutenção da ordem pública e à segurança pública, à administração da Justiça --- aí os integrados nas chamadas carreiras de Estado, que exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária --- e à saúde pública. A conservação do bem comum exige que certas categorias de servidores públicos sejam privadas do exercício do direito de greve. Defesa dessa conservação e efetiva proteção de outros direitos igualmente salvaguardados pela Constituição do Brasil. 3. Doutrina do duplo efeito, segundo Tomás de Aquino, na Suma Teológica (II Seção da II Parte, Questão 64, Artigo 7). Não há dúvida quanto a serem, os servidores públicos, titulares do direito de greve. Porém, tal e qual é lícito matar a outrem em vista do bem comum, não será ilícita a recusa do direito de greve a tais e quais servidores públicos em benefício do bem comum. Não há mesmo dúvida quanto a serem eles titulares do direito de greve. A Constituição é, contudo, uma totalidade. Não um conjunto de enunciados que se possa ler palavra por palavra, em experiência de leitura bem comportada ou esteticamente ordenada. Dela são extraídos, pelo intérprete, sentidos normativos, outras coisas que não somente textos. A força normativa da Constituição é desprendida da totalidade, totalidade normativa, que a Constituição é. Os servidores públicos são, seguramente, titulares do direito de greve. Essa é a regra. Ocorre, contudo, que entre os serviços públicos há alguns que a coesão social impõe sejam prestados plenamente, em sua totalidade. Atividades das quais dependam a manutenção da ordem pública e a segurança pública, a administração da Justiça --- onde as carreiras de Estado, cujos membros exercem atividades indelegáveis, inclusive as de exação tributária --- e a saúde pública não estão inseridos no elenco dos servidores alcançados por esse direito. Serviços públicos desenvolvidos por grupos armados: as atividades desenvolvidas pela polícia civil são análogas, para esse efeito, às dos militares, em relação aos quais a Constituição expressamente proíbe a greve [art. 142, § 3º, IV]. 4. No julgamento da ADI 3.395, o Supremo Tribunal Federal, dando interpretação conforme ao artigo 114, inciso I, da Constituição do Brasil, na redação a ele conferida pela EC 45/04, afastou a competência da Justiça do Trabalho para dirimir os conflitos decorrentes das relações travadas entre servidores públicos e entes da Administração à qual estão vinculados. Pedido julgado procedente. (Rcl 6568, Relator(a): Min. EROS GRAU, Tribunal Pleno, julgado em 21/05/2009, DJe-181 DIVULG 24-09-2009 PUBLIC 25-09-2009 EMENT VOL-02375-02 PP-00736)



0.5

“(…) 2) DO MÉRITO : MALGRADO A PREVISÃO CONSTITUCIONAL QUE ASSEGURA O DIREITO DE GREVE AOS FUNCIONÁRIOS PÚBLICOS, ESSE DIREITO NÃO É ABSOLUTO, VEZ QUE HÁ ATIVIDADES QUE SÃO ESSENCIAIS E INDISPENSÁVEIS À MANUTENÇÃO DA ORDEM PÚBLICA E DA SEGURANÇA PÚBLICA; DA EXAÇÃO TRIBUTÁRIA E DA SAÚDE PÚBLICA.

NESSA TOAR, EM RAZÃO DA NATUREZA E DA ESSENCIALIDADE DAS FUNÇÕES DESEMPENHADAS PELA POLÍCIA CIVIL, NÃO HÁ COMO ADMITIR-SE QUE TAL CATEGORIA POSSA BENEFICIAR-SE DO DIREITO DE GREVE NA MESMA EXTENSÃO E DO MESMO MODO EM QUE SE BENEFICIAM AS DEMAIS CATEGORIAS QUE PRESTAM SERVIÇO PÚBLICO, SOB PENA DE CAUSAR PREJUÍZOS IRREPARÁVEIS À SOCIEDADE, NA MEDIDA EM QUE A POLÍCIA CIVIL DESEMPENHA ATIVIDADE INDISPENSÁVEL E ESSENCIAL PARA SEGURANÇA PÚBLICA COM ABRANGÊNCIA EM TODO O ESTADO DE PERNAMBUCO.(...)” (fl. 404, autos apensos)

Se as considerações tomadas naquele julgado restaram desfavoráveis às pretensões do ora embargantes, devem eles se valer das vias recursais adequadas ao seu intento reformulador e não opor estes aclaratórios, cuja natureza é, por essência, integrativa, ressaltando que o sugerido erro material existente naquele julgado não se funda sobre ele em si, mas sim no próprio mérito do recurso dantes manejado.

Ementa: ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. MILITAR. REFORMA. INVALIDEZ. NEXO CAUSAL. SÚMULA 7/STJ. OFENSA AO ART. 535 DO CPC. NÃO-OCORRÊNCIA. RECURSO ESPECIAL CONHECIDO E IMPROVIDO. 1. Os embargos de declaração têm como objetivo sanear eventual obscuridade, contradição ou omissão existentes na decisão recorrida. Não há omissão no acórdão recorrido quando o Tribunal de origem pronuncia-se de forma clara e precisa sobre a questão posta nos autos, assentando-se em fundamentos suficientes para embasar a decisão. Ademais, o magistrado não está obrigado a rebater, um a um, os argumentos trazidos pela parte. (...) 3. Recurso especial conhecido e improvido. (REsp 691418 / RJ ; Rel. Min. ARNALDO ESTEVES LIMA; 5ª Turma; TURMA; DJ 28.05.2007);

Ementa: EXECUÇÃO. PAGAMENTO. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO À CORTE A QUO. ART. 535, II, DO CPC. AUSÊNCIA DE OMISSÃO. EXTINÇÃO DO FEITO. SÚMULA 182/STJ. I - Não há violação do artigo 535, II, do Código de Processo Civil, em razão da rejeição do embargos declaratórios, quando as questões relevantes ao deslinde da causa foram devidamente enfrentadas, restando expostas as razões de convencimento do órgão julgador a quo. Para a completa prestação jurisdicional, como é cediço, não é necessário se esgotarem todas as teses levantadas pelas partes. (...) III - Agravo regimental improvido.

[Signature]



PODER JUDICIÁRIO
Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco
Gabinete Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo

05

(AgRg no REsp 909470 / SP ; Rel. Min. Francisco Falcão; 1ª Turma; DJ 24.05.2007);

Ementa: PRELIMINAR - EMBARGOS DE DECLARAÇÃO - ALEGAÇÃO DE OFENSA A DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS - INADMISSIBILIDADE NA VIA EXCEPCIONAL - Nos termos do art. 535, incisos I e II, do CPC, os embargos de declaração são cabíveis somente quando houver, na decisão recorrida, obscuridade, contradição ou omissão em ponto sobre o qual deveria ter se pronunciado. No caso, não se fazem presentes nenhuma das hipóteses - Não se presta a via excepcional a impugnação de ordem constitucional, ainda que com o intuito de prequestionamento - Precedentes - (...) - **O tema em debate foi apreciado nos termos em que proposto o litígio, levando-se em consideração os aspectos jurídicos reputados suficientes para embasar a referida decisão, dentro dos limites que ensejariam a entrega da prestação jurisdicional - (...) - O inconformismo do recorrente com o decidido pelo r. julgado não se confunde com omissão, contradição ou obscuridade** - EMBARGOS DECLARATÓRIOS REJEITADOS. (EDcl nos EDcl no CC 45572 / RJ ; Rel. Min. MASSAMI UYEDA; 2ª SEÇÃO; DJ 17.05.2007).

Ante o exposto, voto no sentido de conhecer e rejeitar os Embargos de Declaração ora analisados.

É como voto.

Recife, 02 de junho de 2014.

Des. Luiz Carlos de Barros Figueirêdo
Relator